

A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA TECNOLÓGICA DO CONHECIMENTO SIGNIFICATIVO: (RE)ORIENTAÇÕES PARA AS PRÁTICAS DE APRENDIZAGENS

Jean Marcos Frandaloso

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná
(UTP), Curitiba – PR, Brazil
Jean.frandaloso@gmail.com | ORCID 0000-0001-7969-2414

Maria Alzira Leite

Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná
(UTP), Curitiba – PR, Brazil
mariaalzira35@gmail.com | ORCID 0000-0003-2235-4021

Resumo

Objetiva-se, neste artigo, iniciar uma discussão do conceito de democracia em uma perspectiva de efetivação do direito constitucional à educação na atualidade e, ainda, discorrer sobre o uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) no processo de ensino e de aprendizagem do alunado. A referida pesquisa se assenta em uma metodologia descritiva-explicativa, de base bibliográfica. Procura-se, com tal abordagem, verificar até que ponto o uso de diferenciados artefatos tecnológicos pode democratizar o acesso de inúmeras crianças, jovens e adultos ao sistema educacional brasileiro. Os estudos de Libâneo (1990); Demo (2009) e Saviani (2012, 2019) apontam para a necessidade de democratização das TDIC no ambiente escolar e, concomitantemente a isso, para a ressignificação do saber-fazer docente.

Palavras-chave: Educação; Direito educacional; Democratização do ensino; Tecnologias digitais; Prática docente.

Abstract

The aim of this article is to initiate a discussion of the concept of democracy from a perspective of realizing the constitutional right to education today, and also to discuss the use of digital information and communication technologies (TDIC) in the teaching and learning process. student learning. This research is based on a



descriptive-explanatory methodology, based on literature. With this approach, we seek to verify to what extent the use of different technological artifacts can democratize the access of countless children, young people and adults to the Brazilian educational system. Libâneo Studies (1990); Demo (2009) and Saviani (2012, 2019) point to the need to democratize TDIC in the school environment and, concomitantly, to redefine teaching know-how.

Keywords: Education; Educational law; Democratization of education; Digital Technologies; Teaching practice.

Introdução

A precarização das condições de acesso à educação retrata a história do ensino no Brasil, sendo esta, basicamente, uma repetição social de outras épocas. Essa fragilização no acesso à educação decorre de sutis estratégias de dominação de determinados grupos elitizados, nacionais e internacionais, que sempre se fizeram presentes no processo de construção da identidade do país e que, ainda, se revelam letais ao desenvolvimento socioeconômico e cultural da Nação. Observa-se que a escola, enquanto agência de letramento(s), sempre foi utilizada como ferramenta de controle social, servindo de engrenagem para manobras da grande massa de trabalhadores.

Nesse viés, o referido artigo tem como objetivo iniciar uma discussão do conceito de democracia, segundo a concepção de Saviani (2012) e, ainda, discorrer sobre o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação no ambiente escolar, tendo em vista o processo de democratização da Educação no Brasil. Diante de tais pretensões aqui suscitadas, é relevante observar que a formação docente perpassa por intencionalidades pedagógicas que, imbricadas no direito à educação, tem por escopo contribuir com o movimento de popularização do acesso escolar de inúmeras crianças, jovens e adultos.

Ante o exposto, salienta-se que a comunidade escolar possui a incumbência de preparar o estudante, gerenciando os aprendizados, não somente para o ingresso no mercado de trabalho e/ou para o exercício da cidadania, mas, também, para que o mesmo se aproprie de 'novos' saberes a partir da interação com os conhecimentos



prévios, e nesse viés, abrindo-se espaço para uma formação pautada na ampliação e na reconfiguração de uma aprendizagem significativa (Ausubel, 1982), tanto no cenário estudantil, quanto fora dele.

Atualmente, a ideia do 'tradicionalismo escolar' oportuniza a manutenção dessa alienação no campo da educação, o que implica no cerceamento da liberdade do estudante, enquanto ser autônomo, protagonista na construção do seu conhecimento. Frisa-se, ainda, que tais políticas de mercantilização da educação, promovidas por determinados grupos econômicos, visam a restringir o acesso escolar de muitas crianças, jovens e adultos. Com isso, o direito à educação previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 vem sendo, cada vez mais, engessado e, sistemicamente, vilipendiado.

A ausência de investimentos na infraestrutura das instituições escolares, na formação permanente de docentes, na atualização do material didático, dentre outros fatores, coloca em 'xeque' a função social da escola na contemporaneidade. Como consequência direta, percebe-se que as políticas educacionais praticadas na sociedade brasileira não funcionam a contento e, inclusive, acabam afastando a uma gama considerável de pessoas do processo de escolarização. Assim, considerando o contexto educacional brasileiro, observa-se que o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação, em sala de aula, tais como, 'smartphones', 'notebooks', 'computadores' e 'tablets', pode contribuir para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem dos educandos nos estabelecimentos de ensino.

Do Tradicional ao Contemporâneo: Escola em (Re)construção

Ao longo da sua história, a escola, enquanto espaço de saber sistematizado, tem-se deparado com uma gama considerável de fragilidades relacionadas à garantia de uma educação inclusiva que vise ao acolhimento dos discentes, tanto no âmbito escolar, quanto fora dela. Suas engrenagens, articuladas aos interesses de grupos elitizados, possibilitam o enfraquecimento da qualidade dos conteúdos apresentados em sala de aula e, ainda, oportunizam a exclusão de um contingente significativo de sujeitos do acesso às bancadas estudantis. Logo, considerando tais aspectos em torno do sistema educacional brasileiro, nota-se que a ordem econômica desencadeou a diferentes impactos no processo de escolarização e, por conseguinte, no acesso à educação, razão pela qual muitas pessoas se encontram afastadas dos espaços formais de aprendizagem.



De outra banda, para aqueles que conseguiram cumprir as etapas escolares, somente resta buscar a qualificação exacerbada de títulos para serem selecionados no mercado de trabalho em uma espécie de competição acirrada, o que não deixa de ser uma maneira de exploração da mão de obra do trabalhador. Nessa senda, Saviani (2019, p. 87) observa que:

Nesse novo contexto, não se trata mais da iniciativa do Estado e das instâncias de planejamento visando assegurar, nas escolas, a preparação da mão de obra para ocupar postos de trabalho definidos num mercado que se expandia em direção ao pleno emprego. Agora é o indivíduo que terá que exercer sua capacidade de escolha visando adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho e o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade. Ou seja, postula-se que quanto mais cursos cada um fizer, mais ele se tornará empregável, mas nada garante que ele será empregado. Daí o fenômeno que tem se manifestado com a existência de doutores desempregados já que, mesmo pessoas que atingiram o máximo nível acadêmico representado pelo doutorado têm dificuldade de obter emprego. De fato, portanto, o estímulo a que sejam feitos mais e mais cursos não se dirige propriamente à obtenção de emprego, mas ao acirramento da competição entre os trabalhadores que terão que disputar os limitados empregos disponíveis, jamais suficientes para absorver todos os postulantes.

Trata-se de uma exclusão de perfil classificatório articulado pela ordem econômica, o que se reflete na violação explícita do enunciado previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Cada vez mais, os interesses capitalistas, condensados nas oportunidades de trabalho, ensejam a uma certa disputa entre potenciais candidatos ao preenchimento de determinadas vagas, tudo sob o rótulo ou chancela da *'empregabilidade'*.

Isso posto, percebe-se que a própria noção de diploma perpassa por um processo de esvaziamento face às exigências, famigeradas, do mercado de trabalho. Nessa esteira de raciocínio, Demo (2009, p. 23) argumenta que “provavelmente vai morrer também o diploma definitivo. A própria corrida cada vez mais frenética dos profissionais atrás de atualização comprova que seus diplomas secaram”, sendo, portanto, necessário rever a ideia de titulação acadêmica nas fileiras universitárias sob o enfoque da aprendizagem gradual e permanente dos estudantes.

Por isso, é preciso (re)pensar o currículo universitário, assim como os conhecimentos que cerceiam a própria concepção de formação acadêmica, haja vista



que o mercado de trabalho seleciona profissionais de seu interesse e, por conseguinte, despreza tantos outros cidadãos qualificados para o ingresso nas forças produtivas do país, ocasião em que resta veemente a disputa no campo das vagas de emprego.

Ademais, a universidade assume um caráter de agenciamento dos melhores currículos, evidenciando, nesse viés, uma “[...] pedagogia da exclusão [...]”. (Saviani, 2019, p. 87). No que tange a via de segregação escolar direta, antes mesmo da crise pandêmica assolar o mundo, em especial, o Brasil, parcela considerável de pessoas, já se encontravam, sistematicamente, afastadas das salas de aula. Ressalta-se, contudo, que essa realidade marcada pela exclusão social sempre fez parte da história brasileira. Nesse sentido, Saviani (2012, p. 05) esclarece que “o direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa”.

A escola, enquanto (re)produtora do conhecimento historicamente acumulado, era contemplada como meio de combater o crescente aumento da discriminação social. Assim, nas palavras de Saviani (2012, p. 06), verifica-se que “a escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente”, competindo aos professores a transmissão de saberes e demais informações ao seu público: os alunos. Esses, por sua vez, eram incumbidos pela assimilação dos conteúdos transmitido em sala de aula. Através dessa organização espacial das tarefas explicitadas no horizonte escolar, objetivava-se a manutenção da ordem e, concomitantemente a isso, a construção intelectual e imagética do sujeito/aprendente perante a sociedade.

Assim, conforme exposto por Saviani (2012), a escola era vista como uma agência de manutenção da ordem através da transmissão de instruções e conhecimentos que servissem de parâmetro para conter a marginalidade. Por isso, “[...] as escolas eram organizadas na forma de classes, cada uma contando com um professor que expunha as lições, que os alunos seguiam atentamente, e aplicava os exercícios, que os alunos deveriam realizar disciplinadamente” (Saviani, 2012, p. 06). Se comparado com o quadro atual, a escola continua a (re)produzir a mesma



concepção de educação, com a mesma organização e forte resistência às mudanças socioculturais e tecnológicas.

A escola de outros tempos ainda é (re)produzida na atualidade, isto é, os mecanismos de dominação e de opressão continuam ativos e repulsivos a qualquer ideia de mudança em prol de uma “[...] educação libertadora [...]” (Freire, 2020, p. 94) que possibilite a emancipação do educando para a vida em comum. Em consonância com o posicionamento de Saviani (2012), Libâneo (1990, p. 34) abre uma reflexão para contextualizar o sistema educacional brasileiro, pontuando que “as escolas funcionam em condições precárias, a formação profissional dos professores é deficiente, os salários são alvitantes, o ensino é de baixa qualidade. É necessária uma reflexão de conjunto para uma compreensão mais correta dos problemas [...]” que afetam as instituições escolares públicas.

Fatores como a ausência de investimento na formação docente, a desvalorização salarial desses profissionais, o ensino desprovido de qualidade, currículos escolares desatualizados e estanques do teor crítico-reflexivo, dentre outros aspectos, inviabilizam o cumprimento efetivo do artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Nessa senda, nota-se que a escola, de modo geral, não cumpre com o enunciado constitucional.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa maneira, o direito à educação vem sendo mitigado de longa data e, lamentavelmente, cerceado à inúmeros jovens, sendo necessária uma reflexão mais profunda acerca do papel social da escola, enquanto aparelho estatal garantidor. O Estado precisa se mobilizar no sentido de (re)pensar as suas políticas públicas de inclusão escolar. A esse respeito, Libâneo (1990, p. 34) esclarece que:

A escolarização é um dos requisitos fundamentais para o processo de democratização da sociedade, entendendo por democratização a conquista, pelo conjunto da população, das condições materiais, sociais, políticas e culturais que lhe possibilitem participar na condução das decisões políticas e governamentais. A escolarização necessária é aquela capaz de proporcionar a todos os alunos, em igualdade de condições, o domínio dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais requeridos para a continuidade dos estudos, série a série, e



para as tarefas sociais e profissionais, entre as quais se destacam as lutas pela democratização da sociedade.

Contudo, destaca-se que a escola continua a operar na mesma engrenagem de subserviência de determinados grupos privados, muito embora, ao longo dos anos, algumas reformas foram realizadas no sistema educacional brasileiro. Contudo, Saviani (2012, p. 16) observa que “todas as reformas escolares fracassaram, tornando cada vez mais evidente o papel que a escola desempenha: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista”.

Conforme se vislumbra, a escola ainda continua sendo um instrumento de controle que se volta aos interesses da elite dominante. Apesar da manutenção do discurso pautado no direito constitucional à educação, fato é que a instituição escolar se tornou um espaço de exclusão, seja porque determinadas categorias de pessoas se encontram distantes do sistema educacional, seja porque a escola não oferece uma educação de qualidade que oportunize o desenvolvimento de habilidades cognitivas dos alunos, tampouco prepara-os, efetivamente, para o exercício da cidadania.

Todavia, tais observações não podem ser adotadas ao arrepio de uma análise superficial, sendo, oportuno, investigar a todos esses desdobramentos em uma perspectiva fenomenológica em seu movimento. Sem se esquecer da análise das entrelinhas, pode-se dizer, com certa lucidez, que a escola ainda é “[...] um aparelho ideológico [...]” (Saviani, 2012, p. 26) de controle e que se presta a interesses de ordem política, econômica, social, entre outros.

No que tange à qualidade dos conteúdos apresentados em sala de aula e na didática que permeia a prática educativa dos docentes, pontua-se que não houve muitos avanços em termos de aprimoramento, haja vista que o sistema tradicional de ensino vem sendo (re)produzido na íntegra, com impactos desfavoráveis ao processo de ensino e de aprendizagem dos sujeitos/aprendentes. Nesse ínterim, Libâneo (1990, p. 65) explica que “é comum nas nossas escolas atribuir-se ao ensino a tarefa de mera transmissão de conhecimentos, sobrecarregar o aluno de conhecimentos que são decorados sem questionamento, dar somente exercícios repetitivos [...]” e valer-se de castigos para a imposição de vontades e preferências.

Acerca do exposto e, trazendo à tona as pistas que norteiam os bastidores de toda e ‘suposta’ verdade, sem ser dogmático à luz da melhor filosofia comportamental,



é relevante observar, com mais profundidade, os discursos que são veiculados nos espaços escolares e não escolares, para não se equivocar e acreditar em constructos prontos, amplamente divulgados perante a sociedade. É verdade que a escola necessita se adaptar aos movimentos contemporâneos e que muitas mudanças precisam ser promovidas no âmbito educacional, porém, é preciso adotar cautela e não tomar para si a retórica das lamentações. A escola de hoje vive o seu momento no seu tempo-espaço. A busca de um modelo ideal nunca agradará a todos que nela frequentam ou que são apenas telespectadores dos avanços educacionais.

Outrossim, vale lembrar, também, que muitos profissionais da educação cometem o equívoco de aceitarem a falácia de que a atual escola não atende às necessidades dos alunos e que, portanto, seria uma instituição atrasada/obsoleta. Considerando o exposto, Saviani (2019, p. 210) ressalta que:

De imediato a primeira ideia que vem à nossa mente é que a educação, especificamente na sua forma escolar que, na atualidade, é a forma principal e dominante, encontra-se, via de regra, defasada das necessidades atuais. Há certo senso comum difuso para o qual a escola está sempre atrasada em relação aos temas e anseios postos pelo tempo presente. Assim, embora fosse desejável que a escola estivesse embebida da atualidade, há certo consenso de que se trata de um desejo nunca ou raramente realizado. Compõem esse senso comum o ranço dos livros didáticos, os conteúdos ultrapassados dos currículos; a reiterativa consideração de que a física ensinada nas escolas é newtoniana, jamais atingindo o nível einsteiniano; que a geometria escolar é euclidiana, nunca conseguindo incorporar as geometrias de Riemann ou Lobachevsky; que o ensino de história nunca chega à época contemporânea; que as aulas de filosofia se detêm na Antiguidade grega e atingem, quando muito, os filósofos modernos, dificilmente indo além de Hegel.

Essa visão pessimista, muito bem articulada/disseminada nos meios de comunicação, acaba convencendo a uma boa parcela de profissionais da área da educação e, partindo desse poder de persuasão, incute o sentimento de impotência nesses profissionais, o que motivaria a um desprestígio da comunidade escolar. Nas palavras de Saviani (2019, p. 211):

Essa primeira descrição fenomênica da relação entre educação e atualidade leva ao seguinte resultado: a escola se relaciona com a atualidade como sua antítese. Mas se não pararmos nessa primeira impressão e prosseguirmos na descrição do fenômeno da relação entre educação e atualidade vamos notar que essa desqualificação da escola por confronto com a contemporaneidade é uma imagem construída pelos



próprios profissionais da educação que elaboram essa interpretação negativa da escola real, postulando outro tipo de escola cuja razão de ser residiria na plena identificação com as questões próprias da atualidade [...].

Conforme sustentado por Saviani (2019), faz-se necessário acompanhar o deslocamento fenomenológico da educação no tempo-espaço para contextualizar o processo educativo que envolve a escola de hoje, encampando lutas sociais por melhorias educacionais, porém, sem perder de vista o objeto em seu campo de estudo. A mudança se inicia de '*dentro para fora*', na medida em que o professor adquire a consciência do seu papel em sala de aula e reflete sobre as suas práticas educativas no panorama estudantil. Comungando sobre o assunto em tela, Libâneo (1990, p. 38) pondera que "há, pois, um trabalho pedagógico-didático a se efetivar dentro da escola que se expressa no planejamento do ensino, na formulação dos objetivos, na seleção dos conteúdos, no aprimoramento de métodos de ensino, na organização escolar, na avaliação". Para ele, associar a escolarização às causas sociais que se acentuam, cada vez mais, em torno da democratização da sociedade, perpassa pela atuação crítico-reflexiva da escola diante do seu dever de prover o ensino aos estudantes.

Ainda, segundo o entendimento de Libâneo (1990, p. 38) a "democratização do ensino significa, basicamente, possibilitar aos alunos o melhor domínio possível das matérias, dos métodos de estudo, e, através disso, o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades intelectuais, com especial destaque [...]" ao estágio de aprendizagem e intelecção da produção textual, escrita e oral. Na concepção do autor, é imprescindível a participação popular na tomada de decisões e no pleito do cumprimento das garantias fundamentais que lhe são inerentes, sobretudo, no que tange ao aspecto político e econômico, conforme previsão constitucional. Da mesma forma, democratizar o processo educacional implica em um acompanhamento dos rumos da escola na contemporaneidade, haja vista que a (r)evolução tecno-científica do conhecimento também importa na sua devida atualização no tempo-espaço, tendo em vista o estreitamento de distância entre o saber comum, popular e o científico.

Entretanto, a ideia de '*contemporâneo*' não pode ser utilizada no sentido de justificar um contexto educacional que se quer modificar, até mesmo porque o processo educativo, enquanto fenômeno, tem que ser observado no seu deslocamento, cujas alterações devem contemplar o momento presente. Na mesma sintonia de entendimento, Saviani (2019, p. 212) admite que:



É preciso, pois, aprofundar a análise buscando ir além das aparências para ver se será possível dissolver o paradoxo. Para isso não basta descrever o fenômeno tal como se manifesta na experiência imediata como um produto já constituído. É necessário passar da descrição à gênese do fenômeno, ou seja, é preciso passar do produto ao modo como foi produzido, buscando apreender como a educação se constituiu. Voltando-nos para o fenômeno educativo e, agora, não mais considerando-o como um dado que se manifesta à nossa percepção imediata, mas indagando sobre sua determinação originária e fundamental, notamos que se trata de uma atividade irreduzível da espécie humana, não se manifestando nas demais espécies do gênero animal.

O processo de democratização se inicia da convicção do docente, no presente, e, tal sentimento de mudança deve estar impregnado em suas práticas do saber-fazer, até mesmo porque “a transformação da escola depende da transformação da sociedade, pois a forma de organização do sistema socioeconômico interfere no trabalho escolar e no rendimento dos alunos” (Libâneo, 1990, p. 38).

Diante de tais reflexões, não se pode aceitar o argumento de que as soluções para a escola somente serão alcançadas no futuro próximo, rotulando a escola presente como retrógrada. A concepção de democracia deve ser deslocada dos textos legais e potencializada pelos educadores em suas práticas educativas. Esperar pelo momento adequado é utópico, até mesmo porque cada instante reflete o tempo ‘vivido/experimentado/transformado’ e que perpassa por outros valores culturais circunscritos no ambiente escolar. Nessa toada, Saviani (2019, p. 213) assevera que:

Não se pode, pois, dizer que a educação esteja vinculada ao passado nem que seu conteúdo se identifique com o passado. Não! A tarefa da educação é selecionar do conjunto das objetivações humanas produzidas historicamente os elementos essenciais que constituem a realidade humana própria de uma época determinada. Uma vez identificados esses elementos é tarefa da pedagogia organizá-los e sequenciá-los para viabilizar sua apropriação pelos educandos no espaço e tempo escolares. Essa tarefa é imprescindível para que os membros das novas gerações possam se inserir de forma ativa na sociedade em que vivem, possam se tornar, enfim, atuais à sua época.

Obviamente que a mobilização da sociedade civil organizada em prol de uma escola mais equipada, com uma melhor infraestrutura, que invista em tecnologias digitais da informação e comunicação, com materiais didáticos que contemplem o



conteúdo curricular, e, que, possibilite a formação continuada do professor, deve continuar. É um esforço permanente, não somente dos profissionais que encampam o quadro da educação, mas, de toda a sociedade.

A escola, em todos os seus níveis, deve acompanhar a dinâmica social sem se esquecer que as mudanças precisam ser implementadas no tempo presente. Em que pese as diversas fragilidades que contribuem para a exclusão escolar, destaca-se que o processo tecnológico pode contribuir para potencializar a democratização do ensino nos estabelecimentos educacionais brasileiros. Tendo em vista os desdobramentos que cerceiam o espaço formal de aprendizagem e, considerando a visão estereotipada que se tem do quadro educacional, em todos os seus níveis escolares, Kenski (2012, p. 66) acentua que “a educação escolar não deverá servir apenas para preparar pessoas para exercer suas funções sociais e adaptar-se às oportunidades sociais existentes, ligadas à empregabilidade, cada vez mais fugaz”, tampouco inclinar-se ao fomento de práticas de ensino conteudistas, grafocêntricas e instrumentais, mas, deverá se ancorar nas múltiplas formas de aprendizagem que possibilitem a uma maior autonomia dos educandos para o enfrentamento dos obstáculos que cerceiam a vida em sociedade.

É por isso que o ‘*ato de ensinar*’ deve ir além da mera transmissão de conhecimentos. A concepção de uma educação instrumental, mantenedora dos ranços que permeiam a prática dos educadores, precisa ser extirpada do ambiente de aprendizagem. O trabalho em torno dos conteúdos curriculares deve mobilizar/ativar a uma intenção pedagógica que leve em consideração as particularidades dos seus participantes: os alunos. Na mesma senda de entendimento, Alcici (2014, p. 15) realça que:

Num país de dimensões continentais como o Brasil, com uma grande porcentagem da população pouco escolarizada, políticas públicas que incentivem a educação a distância e a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis podem contribuir para a inclusão social, econômica e política das populações marginalizadas, colocando o país nos rumos do desenvolvimento dos países do primeiro mundo.

Portanto, conforme se vislumbra no trecho em destaque, a democratização da educação brasileira prescinde de inovações sociais e, amparadas nas políticas públicas de implementação tecnológica, podem potencializar o acesso de inúmeros jovens nos espaços formais de aprendizagem.



A Escola na Era Digital: Reflexões Necessárias na/para a Educação

A crise epidemiológica de COVID-19 desencadeou uma profunda mudança nas práticas de ensino e de aprendizagem, afetando a rotina da comunidade escolar e, em especial, dos educadores e alunos. Dessa maneira, percebeu-se o rompimento com a tradição do ensino presencial e, ao mesmo tempo, a otimização de conhecidas tecnologias digitais do grande público, como por exemplo, computadores, notebooks, tablets e smartphones, no âmbito estudantil.

Esse (re)descobrimto das tecnologias digitais nas fileiras estudantis, proporcionou a continuação das aulas e, acima de tudo, representou uma alternativa viável de interação entre docentes e aprendizes. Destaca-se que a crise pandêmica reaproximou, com mais nitidez, os campos da 'educação' e 'tecnologia', ocasião em que os aparatos tecnológicos assumiram papel de relevância no ambiente de sala de aula, haja vista que "as mudanças contemporâneas advindas do uso das redes transformaram as relações com o saber" (Kenski, 2012, p. 47).

Entretanto, deve-se observar que o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação no âmbito escolar não se iniciou com a crise sanitária vigente, mas, tão somente, se acentuou, de modo abrupto, sem qualquer planejamento. Conforme salienta Demo (2009, p. 06) "crescentemente, processos de aprendizagem se envolvem com novas tecnologias, obrigando as instituições educacionais e a pedagogia a se reverem radicalmente". Compartilhando do mesmo entendimento de Demo (2009), Alcici (2014, p. 01) esclarece que:

Vivemos, hoje, um período de transformações sem precedentes na história da humanidade. Os avanços tecnológicos e científicos provocam profundas alterações no modo de vida das sociedades modernas, alteram as relações econômicas, políticas, sociais e culturais e aumentam progressivamente a dependência dos países, dos governos, das empresas e dos indivíduos em relação ao conhecimento. Nesse contexto, em que a informação e o conhecimento são condições essenciais para o exercício pleno da cidadania, a função social da escola tem se constituído em objeto de intensos debates e questionamentos na busca de um paradigma de organização escolar que melhor atenda às necessidades do mundo moderno.

É incontendível não reconhecer que a (r)evolução tecnológica adentrou na escola e que tais transformações, emergentes na sociedade moderna, gradativamente, estão se destacando no panorama da educação. Nesse diapasão, Alcici (2014, p. 14) expõe que:



É inegável que o uso das TICs na escola, principalmente com o acesso à internet, contribui para expandir o acesso à informação atualizada, permite estabelecer novas relações com o saber que ultrapassam os limites dos materiais instrucionais previamente preparados e sob o controle dos educadores, favorece a interatividade, permitindo a comunicação com o mundo. Eliminam-se, dessa forma, os muros que separam a escola da sociedade.

Desse modo, constata-se que a escola não está isenta dos efeitos decorrentes dos movimentos sociais, sendo, inclusive, parte integrante do enredo histórico que norteia o fenômeno educacional. Ante o exposto, Alcici (2014, p. 03) afirma que “[...] a sociedade não é nem nunca foi um elemento estático, muito pelo contrário, está em constante transformação, variando apenas a intensidade com que essas transformações ocorrem nos diferentes momentos históricos”. Na sua visão de mundo, a sociedade já se encontra em um intensificado percurso de mudanças relacionadas, em boa parte, com os avanços identificados no campo da ciência e da tecnologia.

Outrossim, levando-se em consideração o emprego de diferentes artefatos digitais na escola e, refletindo sobre o quadro epidêmico desencadeado pela Covid-19, emerge desse contexto a oportunidade de se (re)pensar o uso desses aparatos tecnológicos na educação com vista a potencializar o acesso escolar de inúmeras pessoas, posto que “[...] as inovações tecnológicas podem contribuir de modo decisivo para transformar a escola em um lugar de exploração de culturas, de realização de projetos, de investigação e debate” (Kenski, 2012, p. 67).

Por certo que os recursos tecnológicos podem proporcionar uma ampliação do acesso escolar à inúmeras crianças, jovens e adultos e, atrelado a isso, a inserção desse público no sistema educacional. Ressalta-se que tais recursos tecnológicos podem mobilizar um diálogo pautado na promoção do ensino e da aprendizagem dos alunos e viabilizar uma educação de qualidade fundamentada na “[...] apropriação de conhecimentos e habilidades [...]” (Libâneo, 1990, p. 83) dos mesmos, preparando-os, não somente para o mercado de trabalho e/ou para o exercício pleno da cidadania, mas, também, para o enfrentamento dos obstáculos que cerceiam a convivência em sociedade.

Entretanto, convém lembrar que tais mudanças na educação requerem uma transformação do ambiente escolar. O uso pedagógico dos recursos digitais pode



influir para essa resignificação das práticas docentes em sala de aula. Na concepção de Alcici (2014, p. 12):

A utilização dos modernos recursos tecnológicos e da comunicação de longo alcance se configura numa opção viável para superar barreiras e incrementar as formas de acesso ao sistema educacional, colocando-o ao alcance de toda população. O desenvolvimento acelerado da Educação a Distância (EAD) nos últimos anos é uma evidência dessa afirmação.

A escola, enquanto espaço de (re)produção do conhecimento, não pode se abster do compromisso de evocar para si a responsabilidade de se situar na dinâmica social, e, isso, implica, necessariamente, em um (re)pensar das suas práticas pedagógicas perante o seu público-alvo: os estudantes. Considerando o exposto, Tavares e col. (2014, p. 208-209) ressaltam que:

A escola, nesse contexto, tem o seu papel ampliado enquanto potencializadora da cultura, dos saberes locais e das inteligências, desde que adequadamente preparada para tal. Falamos aqui de uma escola com uma outra arquitetura, devidamente relacionada com as demandas contemporâneas de conexão globalizada, fluida, com infraestrutura tecnológica que lhe permita estabelecer a produção e as conexões aqui preconizadas e com professores qualificados para desempenhar o papel de agentes negociadores das diferenças entre culturas, conhecimentos e saberes dos seus alunos e do conhecimento estabelecido. Assim, essa escola transforma-se, constituindo um espaço rico de produção, fortemente articulado localmente e planetariamente, com possibilidade de intenso compartilhamento via rede com as comunidades de seu entorno e com as mais distantes que, juntamente com ela, são cotidianamente desafiadas.

Por isso, a comunidade escolar deve se (re)organizar no sentido de realizar os ajustes pertinentes que ensejam a implementação e, posterior, efetivação das tecnologias digitais da informação e comunicação no ambiente formal de aprendizagem. Nas palavras de Alcici (2014, p. 02), a escola precisa:

[...] rever as práticas tradicionais e encontrar uma nova forma de fazer a educação, sem perder de vista a essência do papel da instituição escolar, que permanece, apesar das profundas mudanças na sociedade: proporcionar um ensino de qualidade e preparar os indivíduos para o exercício pleno da cidadania, de modo que todos possam participar e usufruir dos bens que a cultura moderna proporciona, ser competitivos e capazes para o exercício de uma atividade profissional que lhes garanta o sustento e a dignidade e, desse modo, realizar-se como pessoas.



É imprescindível que a escola acompanhe o progresso social e as tendências pedagógicas que, interligadas ao sistema educacional brasileiro, poderá promover as modificações estruturais no percurso de escolarização do alunado. Conforme expõe Demo (2009, p. 14), “as escolas alinhadas à apostila deveriam descobrir que, com as novas tecnologias, não faz mais sentido alinhar-se a uma cabeça central, em geral muito inteligente, que trata os parceiros como periferia subalterna. Essa condição é do século passado [...]”, caracterizado pela produção industrial em larga escala e de economia linear.

É nesse vaivém de reconfiguração do espaço escolar que se apresenta, oportunamente, o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação na seara da educação. Tais recursos midiáticos poderão potencializar o ensino e a aprendizagem dos educandos e servir de ferramenta amplificadora dos processos formativos dos mesmos. No entendimento de Tavares e col. (2014, p. 429):

Se empregada para ajudar a buscar explicações para os problemas levantados no cotidiano da sala de aula, a tecnologia será, assim, mais do que uma ferramenta pedagógica, mas um meio de criação, de reflexão e de conhecimentos, favorecendo a incorporação das experiências dos alunos às atividades educacionais, tornando-as significativas. Tanto mais se, em tal processo, professores e estudantes apropriarem-se das tecnologias de modo a imprimir-lhes novas funções sociais, que tornem as relações menos verticais e mais horizontais.

Todavia, ressalta-se que o mero uso das tecnologias digitais da informação e comunicação nos estabelecimentos educacionais, sem qualquer planejamento curricular e performance didática do professor, “[...] não altera significativamente os espaços físicos das salas de aula e nem as dinâmicas utilizadas para ensinar e aprender” (Kenski, 2012, p. 87), sendo, portanto, fundamental a intencionalidade didático-pedagógica do saber-fazer docente no momento de condução da aula. Conforme alude Demo (2009, p. 13), a “aprendizagem virtual não pode ser apenas uma brincadeira virtual; precisa, acima de tudo, ser aprendizagem”.

Compactuando da mesma linha de raciocínio de Demo (2009), Alcici (2014, p. 14) adverte que “não se pode esperar, no entanto, que as TICs funcionem miraculosamente como agentes de mudanças, uma vez que não basta o acesso rápido a informações atualizadas nem a utilização de recursos tecnológicos que substituam a ação direta do professor”. Para ela é imprescindível a preparação de



toda a comunidade escolar para o emprego efetivo e didático dos distintos artefatos tecnológicos no processo de ensino e de aprendizagem do alunado. Não se trata de adornar as salas de aula com equipamentos tecnológicos modernos, mas, de (re)pensar os modos de ‘ensinar’ e de ‘aprender’ na perspectiva de uso dos recursos digitais nos estabelecimentos escolares.

Portanto, há um equívoco muito comum que circula nos discursos de alguns profissionais do campo da educação, no que tange às eventuais fragilidades aventadas pelo uso das tecnologias digitais no ambiente estudantil. Nessa seara, existem muitas dúvidas e incertezas entre os educadores acerca da utilização dessas tecnologias no processo de construção do conhecimento do aprendiz. Conforme ressalta Manfredini (2014, p. 52):

A utilização das TICs no processo ensino-aprendizagem ainda é motivo de muita discussão por parte dos profissionais envolvidos. Temos, de um lado, aqueles que ainda não têm uma posição definida sobre a importância do uso dessas ferramentas e, de outro lado, aqueles mais flexíveis, cuja posição é de aceitação, em parte. Temos ainda outros mais céticos que são radicalmente contra.

Ainda, observam-se nas práticas do cotidiano, que muitos educadores rejeitam o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação em sala de aula porque acreditam que, ao endossarem tal uso dos aparatos tecnológicos no processo educativo do discente, estariam cedendo espaço às tecnologias, de modo geral, o que poderia, em tese, representar uma *‘porta de entrada’* para o desemprego. Fazendo alusão ao exposto, Demo (2009, p. 12) pontua que “o professorado se ressentido de ter de trabalhar mais pelo mesmo salário, sem falar que muitos desconfiam das novas tecnologias por lhes representarem ameaça a seus empregos. Na verdade, essa ameaça não é real [...]”, haja vista que a atuação docente é imprescindível para o desenvolvimento cognitivo e intelectual do estudante, porém, diante da complexidade tecnológica que se apresenta no âmbito social, faz-se necessário redefinir o seu papel no espaço escolar.

Ora, conforme já salientado, a intensificação do processo educativo, da democratização do acesso à escola, do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, não se resume à mera aquisição de tecnologias digitais pelas instituições de ensino, mas, no modo como tais suportes tecnológicos serão impregnados de intencionalidades didáticas perante o processo de ensino e de aprendizagem dos sujeitos/aprendentes. Nas palavras de Alcici (2014, p. 14):



É importante ressaltar que tecnologias não se restringem a recursos sofisticados, como computadores, vídeos, internet e toda essa parafernália moderna. Não resta dúvida de que são as mais evidentes e que influenciam profundamente os rumos da educação, mas o conceito de tecnologia é muito mais abrangente. Quando falamos em tecnologia, os textos escritos, o giz, as revistas, os mapas são tecnologias. O professor criativo faz milagres com recursos modestos, o que deixa evidente que, muito além dos recursos, o que faz a diferença na qualidade do trabalho da escola é a competência de seus profissionais.

O uso das tecnologias digitais da informação e comunicação somente contribuirá com a formação intelectual e cidadã dos discentes, no âmbito escolar, se o corpo docente (re)pensar as suas práticas pedagógicas no momento de articulação e exposição dos conteúdos curriculares. Dessa maneira, o fator determinante para o sucesso ou para o fracasso acerca do uso desses aparatos tecnológicos, em sala de aula, perpassa pela resignificação do saber-fazer docente e pela intencionalidade educativa no uso de tais tecnologias. Isso posto, Tavares e col. (2014, p. 421) defendem que a (r)evolução do processo de escolarização decorre da:

[...] capacidade criativa do educador (somada à dos estudantes), além de seu domínio do conhecimento a ser transmitido (aliado ao de didática), que definirá se um recurso – lousa digital, computador, internet, softwares, dentre outros – faz ou não a diferença, ou seja, se melhora ou não a qualidade do ensino-aprendizagem. As tecnologias, em geral, assim compreendidas, estão sempre submissas à autoridade e à intencionalidade do professor/educador, não sendo mecânicas simplesmente.

Assim sendo, é o educador que deverá mediar o caminho de aprendizagem dos sujeitos/aprendentes, incumbindo-se de articular a sua prática do saber-fazer docente com o uso de diferenciados equipamentos tecnológicos, tendo em vista a resignificação da sua atuação profissional no contexto de maturação dos conhecimentos abordados no universo escolar.

Para Tavares e col. (2014, p. 308), “a importância da disseminação de conhecimento e da participação ativa dos professores em práticas discursivas no ambiente digital pode representar novos modelos de formação, de construção de aprendizagens colaborativas, de diálogo [...]”. Para tanto, faz-se necessário o investimento na formação permanente dos profissionais que encampam o quadro da educação, tanto no que diz respeito à operacionalização dos equipamentos



tecnológicos no âmbito dos estabelecimentos de ensino, quanto na forma didática de exposição de conteúdos e interação com os educandos. Conforme todo o exposto, Manfredini (2014, p. 50) pontua que:

Para vencermos essas barreiras, devemos envolver todos os professores num projeto de imersão tecnológica, propiciando-lhes cursos de formação, para que, primeiro, percam o “medo/preconceito” de usar tais recursos. Esse medo provém de receios como: “Minha aula não será mais a mesma”, “Perderei o controle da aula para o computador”. “Deixarei de ser o centro das atenções para ser um mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem”. Esses são alguns dos principais argumentos utilizados pelos professores ao questionarmos: “Por que não usar?”. Todos esses receios provém do mais profundo desconhecimento do uso dessa ferramenta em prol da educação e comunicação.

Não obstante aos incansáveis discursos de profissionais da área educacional, contrários à implementação das tecnologias digitais da informação e comunicação no ambiente escolar, fato é que tais recursos midiáticos fazem parte do panorama estudantil e que tal inserção tecnológica, imersa no movimento social, não poderá ser renunciada no tempo presente, até mesmo porque o docente que se recusar em se apropriar de tal ferramenta em suas práticas do saber-fazer, estará fadado ao insucesso e à obsolescência em seu agir. Segundo Demo (2009, p. 63):

A razão de ser da tecnologia é a aprendizagem. No entanto, deixa-se de lado que aprender, cada vez mais, é dinâmica também feita virtualmente, ainda que não exclusivamente. Novas tecnologias fazem parte das novas alfabetizações, das habilidades do século XXI, tornando-se, em particular na versão da web 2.0, parte fundamental de estratégias de aprender bem. Frente às novas tecnologias não cabem nem repulsa, nem encantamento, mas posição de educador: crítica e autocrítica.

O uso efetivo das tecnologias digitais, no espaço escolar e fora dele, se justifica nas potencialidades que tais equipamentos podem promover na jornada formativa dos estudantes e no aperfeiçoamento do intelecto dos mesmos. A ideia central do uso das tecnologias digitais no contexto de sala de aula, por parte dos docentes, deve orientar-se pela ressignificação das práticas de ensino e, relacionada à essa desenvoltura didática, ao processo de aprendizagem do aluno.

Considerações Finais



O referido artigo teve por finalidade iniciar uma discussão do conceito de democracia, na concepção de Saviani (2012), para tratar do acesso escolar, assim como dos impactos provocados pelo excesso de titulação acadêmica que também são indicadores de exclusão social. Procurou-se, ao longo do texto, observar e problematizar o atual modelo de escola que vigora no âmbito social. Da mesma forma, lançou-se luzes sobre o 'suposto' paradigma da contemporaneidade, destacando que a escola que se conhece, apesar de ser rotulada com o título de 'tradicional' e 'inoperante', não pode ser caracterizada como atrasada, haja vista que os acessos e retrocessos das políticas públicas de inclusão escolar devem ser contextualizados na atualidade, até mesmo porque a escola está situada no movimento histórico de seu tempo.

Posteriormente, abordou-se neste estudo o processo de transformação tecnológica e seu deslocamento para o quadro da educação. Observou-se que as tecnologias digitais da informação e comunicação podem ser utilizadas no sentido de democratizar o acesso ao sistema educacional e, por conseguinte, servir de ferramenta de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos estudantes. Observou-se, ainda, que muitos profissionais da área da educação adotam uma postura negacionista acerca de eventuais benesses que podem ser obtidas pelo uso de tais tecnologias digitais no ambiente escolar.

Salienta-se, contudo, que negar a interface da 'educação' com a 'tecnologia', em plena (r)evolução do processo tecnológico do Século XXI, não condiz com uma atitude responsável e comprometida desse profissional com o crescimento social e, em especial, com o aprendizado dos estudantes. É relevante pontuar que os fatores de sucesso ou de fracasso acerca do uso das tecnologias digitais da informação e comunicação no ambiente escolar recaem, tanto no aspecto de (re)qualificação da prática do professor, quanto na ausência de investimentos em infraestrutura das instituições educacionais. Outro detalhe que deve ser considerado é a disponibilidade do sinal de internet nas salas de aula.

Através do acesso à internet, os alunos poderão potencializar os seus estudos e, ao mesmo tempo, se posicionarem no centro do processo formativo. Ressalta-se que o uso da internet no espaço escolar deve estar acompanhado de uma finalidade pedagógica que se reflita, tanto na prática docente, quanto no processo de aprendizagem do educando. A intencionalidade da prática educativa tem que fazer sentido para todos os envolvidos na produção de conhecimento. Diante de tal



tendência pedagógica, o educador assume o papel de destaque no processo de (r)evolução das habilidades cognitivas do discente. Portanto, faz-se necessário que o professor (re)pense as suas práticas de ensino na perspectiva de uso das tecnologias digitais da informação e comunicação, sem se esquecer da intencionalidade com que pretende operacionalizar tais equipamentos no ambiente estudantil.

Certamente que esse (re)pensar das práticas do saber-fazer pelo professorado deve estar conectado com outras providências que se inserem no campo da educação, tais como, investimento em infraestrutura escolar por parte das políticas estatais; acesso à internet aos alunos, no ambiente estudantil; aquisição de equipamentos tecnológicos por parte das instituições de ensino e programa de formação permanente de docentes.

Referências Bibliográficas

- Alcici, S. A. R. (2014). A escola na sociedade moderna. In N. Almeida (Coord.). *Tecnologia na escola: abordagem pedagógica e abordagem técnica* (pp. 02-15). Cengage Learning.
- Ausubel, D. P. (1968). *Educational psychology: a cognitive view*. Holt, Rinehart and Winston.
- Brasil. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.
- Demo, P. (2009). *Educação hoje: novas tecnologias, pressões e oportunidades*. Atlas
- Freire, P. (2020). *Pedagogia do oprimido*. Paz & Terra.
- Kenski, V. M. (2012). *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação* (8.^a ed.). Papirus.
- Libâneo, J. C. (1990). *Didática*. Cortez.
- Manfredini, B. F. (2014). Ruptura de paradigmas no uso das tecnologias. In N. A. Almeida (Coord.). *Tecnologia na escola: abordagem pedagógica e abordagem técnica* (pp. 50-52). Cengage Learning.
- Saviani, D. (2012). *Escola e democracia* (43^a ed.). São Paulo: Autores Associados.
- Saviani, D. (2019). *Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações*. São Paulo: Autores Associados.
- Tavares, R. H. (e col.) (2014). *Sociedade, educação e redes: desafios à formação crítica* (1^a ed.). Junqueira & Marin.